

DECLARAÇÃO PELA EMERGÊNCIA: POR UM PROJETO COMUM

Pedro Luiz Stevolo⁴⁷

Victor Fiori Augusto⁴⁸

RESUMO

O objetivo deste texto é buscar a possibilidade de um projeto político comum a partir das reflexões políticas de Antonio Negri, Michael Hardt e Vladimir Safatle. Para tanto, nossas investigações têm como base os textos *Declaração – isto não é um manifesto* (2012), de Hardt e Negri, e *Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência* (2016), de Safatle, e procuramos analisar alguns dos conceitos encontrados nesses livros a fim de realizarmos o nosso intento.

Palavras-chave: Declaração; Manifesto; Hardt e Negri; Safatle; Comum.

ABSTRACT

The aim of this article is to seek the possibility of a common political project from the political reflections of Antonio Negri, Michael Hardt and Vladimir Safatle. For that, our investigations are based on Hardt and Negri's *Declaration* (2012) and on Safatle's *Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência* (2016), and we analyze some of the concepts found in these books in order to accomplish our plan.

Keywords: Declaration; Manifest; Hardt and Negri; Safatle; Common.

⁴⁷ Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo e graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo. E-mail: pedro.stevolo@gmail.com.

⁴⁸ Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo. E-mail: vicfiori@gmail.com.

INTRODUÇÃO

No ano de 2012, Antonio Negri e Michael Hardt publicaram um livro intitulado *Declaration*, cuja tradução brasileira, realizada por Carlos Szlak e lançada pela editora n-1, veio à lume em 2014, com o título *Declaração – Isto não é um manifesto*. Na bibliografia hardt-negriana, *Declaração* surge após a publicação da trilogia composta por *Império* (2000), *Multidão* (2004) e *Bem-estar comum* (2009), obras que, de maneira resumida, “procuram descrever que tempo e mundo são estes em que vivemos, como vieram a ser e como podem deixar de ser, ou seja, como podemos transformá-los a partir deles mesmos” (Fonseca, 2015, p. 25).⁴⁹

De olho no tempo e no mundo tal como se apresentavam em 2012, Hardt e Negri apontam na *Declaração* que há diversas manifestações acontecendo ao redor do globo e que, longe de serem fenômenos isolados, elas possuem algo em comum, constituindo um ciclo de lutas iniciado em 2011 (ou, mais precisamente, em 2010, como veremos) que visa a transformação efetiva das condições de vida e que está, na prática,

declarando direitos comuns e vivenciando práticas de democracia direta.

Os autores do presente artigo tiveram contato com a *Declaração* de Hardt e Negri no ano de 2014. Após vivenciarmos as manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo, nos deparamos com este texto que parecia dialogar diretamente com as experiências que tivéramos, contribuindo assim para refletirmos de maneira mais aprofundada sobre nosso momento histórico e sobre as lutas sociais que nele ocorriam.

Passados dois anos de nossa leitura inicial da *Declaração*, após muitas reviravoltas na política e na sociedade brasileira que contribuíram para questionarmos de modo cauteloso o que foram exatamente as manifestações de junho de 2013 e quais efeitos elas tiveram sobre o Brasil, tivemos contato com o livro *Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência* (doravante, *Manifesto*), escrito por Vladimir Safatle e publicado em meados de 2016 pela editora n-1, a mesma editora que, conforme dissemos acima, publicara em

⁴⁹ Após a *Declaração*, Hardt e Negri publicaram em 2017 o livro *Assembly*, cujo objetivo é compreender “o poder de se reunir e de agir politicamente em conjunto”, constituindo-se assim como “uma lente que nos permite reconhecer novas possibilidades políticas democráticas” (Hardt & Negri, 2018, p. xxii-xxiii). Nas palavras de Negri, ao somarmos *Assembly* às três obras que compõem a trilogia anteriormente citada, temos uma “tetralogia imperial” (Marino & Santiago, 2019, p. 384).

2014 a tradução brasileira do livro de Hardt e de Negri. O texto de Safatle chegou às nossas mãos logo após sua publicação, isto é, em meio ao golpe que, iniciado em dezembro de 2015, culminaria com a cassação do mandato da presidenta eleita Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016.

Em seu *Manifesto*, Safatle também indica a existência de revoltas em variados lugares do mundo, as quais, desde 2008, queimam as ruas. Esforçando-se por compreender o que diz o fogo, Safatle percebe que há certas mensagens que perpassam essas diversas insurreições, e busca entender por que elas ainda não produziram as transformações que poderiam engendrar.

Após lermos o texto de Safatle e dialogarmos sobre ele, pensamos em elaborar um artigo relacionando a *Declaração* hardt-negriana e o *Manifesto* safatleano, pois enxergávamos muitos pontos comuns nas ideias neles apresentadas. Contudo, esse intento foi abalado no dia 27 de outubro de 2016, por ocasião da fala de Safatle e da resposta de Negri a ela no

evento *Diálogos com Antonio Negri*, que aconteceu em São Paulo⁵⁰. Nesse dia, pareceu-nos que Negri e Safatle discordavam de maneira significativa em suas leituras relativas às lutas sociais em curso e sobre o modo como seria possível superar as formas de exploração do capitalismo neoliberal.

Nosso abalo, ainda que tenha demorado um tempo para ser assimilado, não nos impediu de retomar nosso projeto inicial, embora, obviamente, tenha exigido uma investigação mais profunda dos conceitos mobilizados pelos autores nos livros que nos interessavam. O que apresentamos na sequência é o resultado de nossas reflexões acerca dos pontos convergentes e dos pontos de discordância entre a *Declaração* e o *Manifesto*. Trata-se de demonstrar que as divergências neles contidas, apesar de consideráveis, não impossibilitam a compreensão de um horizonte comum de ação política.

⁵⁰ A programação completa do evento pode ser vista em http://filosofia.fffch.usp.br/sites/filosofia.fffch.usp.br/files/eventos/2016/2016_dialogos_antonio_negri_cartaz_programacao.jpg. A intervenção de Safatle nesse evento pode ser vista em <https://www.youtube.com/watch?v=55a3GpzuVXs>. Já a conferência de Negri que encerrou os *Diálogos* e na qual ele se refere às colocações de Safatle se encontra em https://www.youtube.com/watch?v=6jR7IEqkH_8. Todos os links aqui mencionados foram acessados no dia 17 de janeiro de 2020.

1. DECLARAÇÃO E MANIFESTO A DECLARAÇÃO DE HARDT E NEGRI: OS MANIFESTOS ESTÃO OBSOLETOS

Ao relacionarmos os textos que aqui nos interessam, deparamo-nos com uma discrepância que salta aos olhos logo nos títulos. O livro de Hardt e Negri se apresenta como uma “Declaração”, enquanto a obra escrita por Safatle anuncia-se como um “Manifesto”. Seria essa diferença apenas uma questão estilística, uma simples preferência dos autores por um termo em vez do outro? Ao enfatizarmos esse ponto, não estaríamos nós julgando os livros meramente a partir de suas capas, incorrendo assim no erro que o ditado popular recomenda evitar?

Não nos parece ser esse o caso. A tradução brasileira de *Declaration* traz inclusive o subtítulo “*Isto não é um manifesto*”, ausente no original em língua inglesa, e esse acréscimo não deve ser visto como algo arbitrário, já que é exatamente com essas palavras que os autores iniciam o texto, evidenciando assim porque não se trata de um manifesto. Cabe notar também que a tradução italiana do livro em questão, feita por Stefano Valenti e publicada ainda em 2012, tem por título “Questo

non è un manifesto”. Eis as palavras que abrem a *Declaração*:

Isto não é um manifesto. Os manifestos proporcionam o vislumbre de um mundo por vir e também dão existência ao sujeito que, embora hoje seja apenas um espectro, deve se materializar para se tornar o agente da mudança. Os manifestos funcionam como os antigos profetas, que pelo poder de suas visões criam seu próprio povo. Os atuais movimentos sociais inverteram a ordem, tornando obsoletos os manifestos e os profetas. Os agentes da mudança já afluíram às ruas e ocuparam as praças da cidade, não só ameaçando e derrubando os governantes, mas também evocando visões de um novo mundo. Talvez o fato mais importante: a multidão, por meio de suas lógicas e práticas, de seus slogans e desejos, declara um novo conjunto de princípios e verdades (Hardt & Negri, 2014, p. 9).

Para Hardt e Negri, em pleno século XXI, os manifestos estão ultrapassados e já não se fazem necessários, pois o sujeito político que pretendem materializar já existe e os movimentos sociais da atualidade comprovam essa ideia. Além disso, o novo mundo vislumbrado pelos manifestos já está sendo evocado por esse sujeito político, que em suas lutas está declarando princípios e direitos comuns, colocando-se assim como agente da transformação do mundo em que vivemos.

É de interesse notar aqui uma mudança no pensamento hardt-negrano em relação aos manifestos. Ao final da primeira parte de *Império* (Hardt & Negri, 2001, p. 81-84), os autores apontam que, naquele momento

histórico (lembramos, o livro foi publicado originalmente em 2000), é preciso dar novo sentido à forma manifesto. Para eles, no *Manifesto do partido comunista*, de Marx e Engels, “o sujeito que define o ponto de vista do texto (o proletariado moderno) e o objeto (o partido comunista e o comunismo) são concebidos como co-presentes”, de sorte que a crescente organização daquele sujeito leva inevitavelmente à criação deste objeto, numa “causalidade linear e necessária” (Hardt & Negri, 2001, p. 82). Contudo, dizem Hardt e Negri, na situação pós-moderna, às portas do século XXI, essa “co-presença do sujeito produtivo e do processo de libertação” não é mais concebível, donde os autores concluírem que um manifesto ou um discurso político deveria “se propor a preencher uma função profética Spinoziana, a função de *um desejo imanente que organize a multidão*” (Hardt & Negri, 2001, p. 84, grifos nossos).

Para entendermos melhor a crítica aos manifestos apresentada na *Declaração*, vejamos de que maneira seus autores descrevem a existência concreta do sujeito político que os fez ultrapassar a noção de manifesto em direção à ideia de declaração.

Hardt e Negri concentram suas narrativas no ciclo de lutas ocorrido no ano de 2011, sendo *Occupy Wall Street* a mais visível delas. O bastão esteve inicialmente com os tunisianos: em 17 de dezembro de 2010, o vendedor ambulante Mohamed Bouazizi ateou fogo em seu próprio corpo em Sidi Bouzid, na Tunísia. Esta ação gerou uma onda de protestos e a revolta popular chegou a Túnis, exigindo que Ben Ali renunciasse à presidência (cargo que ocupava desde 1989), o que aconteceu em janeiro de 2011. Na sequência, coube ao povo egípcio sair às ruas e ocupar a Praça Tahrir, no Cairo, exigindo a renúncia de Mubarak (que ocupava a presidência do Egito desde 1981), o que se deu em fevereiro de 2011, após dezoito dias de ocupação da Praça. A partir daí, ondas de protestos se sucederam no norte da África e no Oriente Médio, incluindo Bahrein, Iêmen, Líbia e Síria, seja lutando por maior liberdade, contra o sistema econômico ou por mudanças no sistema de governo.

Estes protestos passaram a influenciar também a população do chamado mundo Ocidental. Entre fevereiro e março de 2011, a sede do Poder Legislativo de Wisconsin, nos EUA, foi ocupada, expressando

solidariedade ao povo egípcio. Os gregos ocuparam a Praça Syntagma, em Atenas, contra as medidas de austeridade; na Espanha, ocorreram em 15 de maio as ocupações das praças centrais de Madri e Barcelona pelos *indignados*, demonstrando sua revolta contra a democracia representativa do “socialista” José Luis Rodríguez Zapatero, sob o lema de “Democracia real já!”, além de críticas contra o desemprego, a insuficiência de moradias, a corrupção dos bancos e a falta de serviços sociais, criando novas formas de participação por meio de assembleias para tomadas de decisões e comissões de investigação dos problemas sociais. Em Tel Aviv, os revoltados montaram barracas no Rothschild Boulevard, exigindo justiça e bem-estar social para os israelenses; na Inglaterra, no mês de agosto, protestos tomaram o bairro de Tottenham em Londres após a polícia matar um jovem negro, e se espalharam por todo o país. Em setembro, foi a vez dos revoltados ocuparem o Zuccotti Park em Nova York⁵¹.

Embora cada luta seja singular e tenha suas demandas concretas, que estão ligadas ao contexto específico de

cada local em que ocorrem, Hardt e Negri (2014, p. 12-13) observam que todas as lutas “dialogam entre si”, e conseguem manter “suas condições singulares e suas batalhas locais” sem que elas entrem em contradição “com a luta global comum”. Os movimentos que compõem esse ciclo de lutas também partilham de maneira evidente algumas características, como “a estratégia de acampamento ou ocupação”, sendo portanto sedentários e não nômades, e a organização interna horizontal, marcada pela criação de “práticas democráticas de tomada de decisão, para que todos os participantes pudessem liderar juntos” (Hardt & Negri, 2014, p. 13-14). Outra característica exibida por esses movimentos, ainda que de maneiras diferentes, é uma “luta pelo comum”, já que “contestam as injustiças do neoliberalismo e, em última análise, a regra da propriedade privada”, e isso sem cair na defesa pura e simples da propriedade pública e do controle estatal, típica dos movimentos socialistas tradicionais (Hardt & Negri, 2014, p. 14-15).

Ao descreverem essas lutas, Hardt e Negri mostram que os agentes da mudança já existem e estão nas ruas,

⁵¹ Hardt & Negri, 2014, p. 10-12.

constituindo o que os autores chamam de multidão, conceito que aprofundaremos abaixo. São justamente as manifestações e os movimentos que compõem o ciclo de lutas iniciado em 2011 que permitem abrir mão da ideia de manifesto. É por esse motivo que Hardt e Negri escrevem uma declaração, apontando os direitos comuns e os princípios que estão sendo declarados nas lutas e nas formas de organização nela presentes.

Porém, isso está longe de significar que a batalha está ganha. Para concretizar a transformação que deseja, “em sua rebelião, a multidão deve descobrir a transição da declaração para a constituição” (Hardt & Negri, 2014, p. 9). Trata-se de elaborar a passagem da declaração de direitos comuns – que se dá no interior de uma sociedade fundamentada na verticalidade, na representação, na exclusão e na exploração do trabalho, e que incita a revolta constante – rumo a um mundo novo, horizontal, de democracia real e direta, efetivamente garantidor de direitos comuns⁵².

O MANIFESTO DE SAFATLE: FALTA-NOS ALGO

De maneira mais breve e em tom mais narrativo, Safatle anuncia logo no início de seu *Manifesto*:

Haveria de chegar um tempo no qual as ruas começariam a queimar. Desde 2008, elas queimam nos mais variados lugares. Em Túnis, em São Paulo, no Cairo, Istambul, Rio de Janeiro, Madri, Nova York, Santiago, Brasília. Elas ainda queimarão em muitos outros e imprevistos lugares, recolocando o que é separado pelo espaço em uma série convergente no tempo (Safatle, 2016b, p. 4).

Como se pode ver, a proximidade das análises dos autores já se enuncia na abertura de suas obras. Embora separadas por quatro anos desde a publicação de um e de outro texto, e ainda que o *Manifesto* aponte que as ruas já estão queimando desde 2008, Safatle também observa a existência de novas formas de manifestações que insurgiram pelo mundo afora durante o novo ciclo de crises do modo de produção capitalista e, mais especificamente, do neoliberalismo, que fez com que em diferentes partes do globo, os governados⁵³ se levantassem, ocupassem as ruas, quebrassem bancos, enfrentassem a polícia e exercessem a

⁵² Conforme especificam os autores, “A tarefa não é codificar novas relações sociais numa ordem fixa, mas sim criar um processo constituinte, que organiza essas relações e as faz perdurar, ao mesmo tempo que promove inovações futuras e permanece aberto aos desejos da multidão. Os movimentos declararam uma nova independência, e um poder constituinte deve levar isso adiante” (Hardt & Negri, 2014, p. 17).

⁵³ Tomamos aqui o conceito de governados tal como aparece em DE MORAES, 2018.

democracia direta, seja para criticar o sistema financeiro, os regimes ditatoriais existentes no norte da África e no Oriente Médio – sob a tutela e apoio do capital financeiro das democracias liberais Ocidentais –, seja para assegurar o direito de uso do espaço público, lutar contra a falta de representatividade das democracias existentes, contra o assassinato da população negra e pobre, ou mesmo contra a violência policial. Um traço comum entre nossos autores é, portanto, apontar a existência de lutas que atualmente tomam o espaço público buscando mudar a forma como a sociedade se organiza e organiza sua vida, lutas estas que extrapolam a tradicional organização partidária ou sindical.

Além disso, assim como Hardt e Negri, Safatle também entende que há mensagens comuns que perpassam as diversas insurreições contemporâneas e que só podem ser expressas por meio do fogo. O que diz o fogo? Ele nos diz que “o tempo acabou”: não só “não temos mais tempo”, mas sobretudo “não há mais como contar o tempo que está a nascer como uma possibilidade mais uma vez presente” (Safatle, 2016b, p. 5). O fogo fala também que “não há mais lugar”. Para explicar esse ponto, Safatle recorre a uma frase proferida em 2013,

quando as ruas brasileiras começaram a queimar. Ao final de uma entrevista com um manifestante, uma jornalista perguntou o nome do entrevistado e ouviu como resposta: “Anota aí, eu sou ninguém.”. Para Safatle, essa ausência de lugar é uma poderosíssima arma política, pois a negatividade (neste caso, a “negação de si”) “sempre foi uma astúcia daqueles que compreendem que a liberdade passa pela capacidade de destituir o Outro da força de enunciação dos regimes de visibilidade possíveis”. Nas palavras do autor, “é necessário ser um sujeito antipredicativo”, que escapa do controle por não ser nomeado e não ser representável (Safatle, 2016b, p. 6-7).

Se Hardt e Negri entendem que o ciclo de lutas que ocorre atualmente pode prescindir de um manifesto, o mesmo, contudo, não se dá em Safatle. Para ele, as lutas que acontecem desde 2008 não significam necessariamente a emergência de um sujeito político novo e coerente com as mensagens que se fazem ouvir nas ruas, já que é possível observar também o surgimento de sujeitos que buscam se aproveitar do fogo para requestrar seus velhos preconceitos e suas velhas práticas.

Costumamos acreditar que de todo acontecimento emerge um novo sujeito político. Mas nosso tempo tem mostrado como todo acontecimento produz também múltiplos sujeitos

que procuram, com todas as suas forças, negar que o tempo acabou e que o lugar implodiu. Eles se servem da abertura produzida pelas chamas que queimam nossas ruas para usar o fogo na caldeira que cozinha o festim de sentimentos reativos com seus golpes brancos, suas fronteiras, suas bandeiras nacionais, sua ressurreição de arcaísmos (Safatle, 2016b, p. 11-12).

Pode-se observar no *Manifesto* de Safatle um cuidado, necessário e compreensível, para que as lutas não sejam cooptadas pelo poder, tal como ocorreu após os protestos de junho de 2013 no Brasil, com a ascensão de forças conservadoras e reacionárias que, impulsionadas pela mídia, ajudaram a dar sustentação ao golpe jurídico-midiático-político que interrompeu o mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e que, em 2018, contribuíram para a eleição de Bolsonaro e de outras figuras políticas que pegaram carona no seu discurso. A ideia safatleana de que as insurreições podem levar à emergência de sujeitos que negam a todo custo as mensagens propagadas pelo fogo também aparece de maneira evidente no texto *Um dia, esta luta iria ocorrer*, publicado em meio às eleições brasileiras de outubro de 2018, e no qual o autor aponta que a apropriação das lutas por libertação é algo que caracteriza o fascismo. Nas palavras de Safatle, o fascismo pode ser visto como

a colonização do desejo anti-institucional pela própria ordem. O desejo anti-institucional, quando realmente liberado, pode criar poderes que voltam às mãos do povo, democracias que abandonam a representação para transferir a deliberação e a gestão para a imanência do povo. Mas o fascismo faz dessa anti-institucionalidade um clamor pela mão forte do governo expresso em uma liderança que parece estar acima da lei, que parece poder falar o que quiser sem preocupação com seus efeitos, demonstrar seu desejo mais baixo de violência como expressão de uma liberdade conquistada. Por isso, é necessário que tais líderes pareçam cômicos, sejam uma mistura de militar e palhaço de circo. (...) toda ascensão fascista é construída sob os escombros de uma revolução traída. E nós não soubemos como ir mais longe, como não se acomodar às pequenas vitórias e aos ajustes pontuais (Safatle, 2018, p. 16-17).

Mesmo que as lutas possam dar ensejo ao surgimento de sujeitos fascistas e a golpes reativos e reacionários, isso não significa que as batalhas travadas nas ruas foram em vão. Sobre isso, Safatle é enfático: “nós nunca fomos derrotados” (2016b, p. 12).

Se Hardt e Negri observam a existência de um sujeito político novo em ação no ciclo de lutas de 2011, o mesmo não se dá para Safatle. Para ele, se as ruas queimando ainda não produziram o que efetivamente poderiam produzir, é porque falta-nos um corpo, e a política é impossível sem um corpo. Nesse sentido, ele escreve um manifesto pela emergência de um novo sujeito político, para que as insurreições deixem de ser apenas a “explosão bruta da revolta” e sejam capazes de forjar um

“sujeito emergente” (Safatle, 2016b, p. 14).

2. OS SUJEITOS DAS LUTAS

A fim de aprofundarmos a compreensão de nossos autores a respeito das revoltas contemporâneas, é necessário entendermos de que maneira eles analisam os sujeitos dessas lutas. Nesse ponto, o conceito de multidão é central para as análises hardt-negrianas, ao passo que a noção de constelação assume grande importância no pensamento safatleano.

HARDT, NEGRI E A MULTIDÃO

Conforme dissemos acima, para Hardt e Negri, os agentes da mudança que já existem e estão ocupando as ruas constituem a multidão, conceito que dá nome ao livro publicado originalmente pelos dois autores em 2004. Em *Multidão*, encontramos uma definição que nos ajuda a entender o significado dessa noção que aqui nos interessa.

A multidão designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. A multidão é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum (Hardt & Negri, 2005, p. 140).

O conceito de multidão não se confunde com a ideia de povo, pois esta envolve o apagamento das diferentes classes e dos diversos indivíduos que compõem uma população em nome de uma unidade ou de uma identidade, sendo essa a maneira que a tradição dominante da filosofia política moderna encontrou para criar um sujeito político que pudesse ser controlado e representado por um poder que está fora e acima dele, a saber, o poder soberano do Estado. A multidão também é diferente das massas, da turba (*crowd*) e do populacho (*mob*), conceitos que designam coletividades plurais, mas cujos componentes não são singularidades que reconhecem elementos comuns compartilhados. As massas, a turba e o populacho são sujeitos sociais fundamentalmente passivos, incapazes de agir por um consenso comum interno, donde serem muito suscetíveis à manipulação externa, ao passo que a multidão é capaz de agir em comum e de se governar⁵⁴. Nesse sentido, Hardt e Negri (2005, p. 41) entendem que “o desafio da multidão é o desafio da democracia. A multidão é o único sujeito social capaz de realizar a

⁵⁴ Hardt & Negri, 2005, p. 139-140. Cf. também Negri, 2009, p. 15.

democracia, ou seja, o governo de todos por todos”.

A multidão é também um conceito de classe, e diz respeito à classe das singularidades cuja cooperação produtiva é explorada pelo capital. A ideia de classe aqui não deve ser compreendida como algo que abarca apenas certos tipos de trabalhadores, como os operários de fábrica. Ao contrário, conforme Negri explicita em entrevista realizada em novembro de 2018 e publicada em 2019, ele foi um dos primeiros a introduzir “um conceito de classe trabalhadora em que coexistiam ‘socialmente’ gênero e raça”, um conceito “aberto ao trabalho das mulheres e aos racialmente explorados”, de forma que “a sociedade trabalhadora – ou seja, o conjunto daqueles que trabalham (não dos parasitas) – está incluída na classe dos explorados como multidão” (Marino & Santiago, 2019, p. 385-386).

Em sua *Declaração*, Hardt e Negri analisam de modo cuidadoso as subjetividades controladas pelo neoliberalismo. O primeiro capítulo do livro, intitulado “figuras subjetivas da crise”, denuncia de que modo o endividado, o mediatizado, o securitizado e o representado são sujeitados pela dívida financeira, pela

mídia, pelo discurso da segurança (que, na verdade, tem por fundamento o medo) e pela ideia de representação política, meios de dominação que afastam as pessoas do seu real poder de ação, bloqueando assim a rebelião das singularidades em comum contra a exploração.

No segundo capítulo da *Declaração*, os autores mostram de que maneira as singularidades que compõem a multidão são diferentes das individualidades controladas pelo neoliberalismo, expondo também de que maneira essas singularidades se produzem.

(...) o se tornar singular, em contraste com o se tornar individual, significa achar de novo a força subjetiva de estar juntos. Uma subjetividade singular descobre que não há acontecimento sem a recomposição com outras singularidades, que não há estar juntos relativo a subjetividades singulares sem rebelião. O processo de singularização, portanto, é encarnado: uma autoafirmação, uma autovalorização, e uma decisão subjetiva que se abre toda a um estado de estar juntos. Todos os movimentos políticos nascem dessa maneira: de uma decisão de ruptura, a uma proposição de agir juntos (Hardt & Negri, 2014, p. 51).

Ainda no capítulo II da *Declaração*, Hardt e Negri expõem como é possível romper com o endividamento que diminui nossa potência, deixar de ser enganado e controlado pela mídia, sair do regime de segurança que mantém a população paralisada pelo medo e ultrapassar a

ideia de representação política em direção ao autogoverno democrático. A superação das figuras subjetivas da crise tem início com uma recusa (“não quero”), a qual possibilita que as singularidades se rebelem e afirmem novos modos de vida em comum. Essa recusa é algo comum às singularidades que compuseram as lutas e os acampamentos de 2011, e “o que se evidencia das declarações dos movimentos que começaram em 2011 é que a discussão acerca de constituir uma nova sociedade já está madura e virou a ordem do dia” (Hardt & Negri, 2014, p. 133).

SAFATLE E A CONSTELAÇÃO

Conforme vimos acima, Safatle entende que a emergência de um sujeito político novo não é uma consequência necessária das insurreições. Para que esse novo sujeito seja forjado, é necessário ainda mais um esforço, “só mais um esforço”⁵⁵. Para ele, quando o tempo acaba, tal como nos anuncia o fogo que queima as ruas desde 2008, a primeira coisa que se segue é a perda da capacidade de incorporar: não se consegue “fazer um corpo político da

multiplicidade de demandas sociais” (Safatle, 2016b, p. 14), já que não se sabe ainda qual a pulsação do novo tempo que se está abrindo, e as formas de unidade que até então vigoravam foram decompostas. Enquanto não formos capazes de forjar um novo corpo, as diversas lutas contemporâneas permanecerão fragmentadas e paralisadas, sem conseguirem comunicar suas demandas. É nesse contexto que o conceito de constelação surge no *Manifesto* de Safatle.

(...) é nesta hora que mais precisamos de outro corpo para que a perda do antigo corpo não produza apenas a fragmentação paralisante de demandas em processo de autonomia. Um outro corpo que agencie todas as demandas múltiplas em uma constelação, que desenhe constelações nas quais os lugares específicos sejam submetidos a um empuxo irresistível de indiferenciação e de descentramento. No interior de um corpo político construído como uma constelação, não há lugar de fala, e não há equívoco maior dos tempos que correm do que associar política à constituição de lugares de fala, lugares de quem luta contra a exclusão através de novas exclusões (Safatle, 2016b, p. 14-15).

A constelação diz respeito ao agenciamento das diversas lutas sociais em um corpo, sem que esse agenciamento implique hierarquias ou lugares específicos que não se comunicam. Como se vê a partir do trecho final da citação acima, Safatle

⁵⁵ Safatle, 2016b, p. 14. “Só mais um esforço” é o título de um livro publicado por Vladimir Safatle em 2017. Porém, apesar de nossos esforços, não tivemos acesso a esse texto antes do fechamento deste artigo.

entende que, paradoxalmente, a constituição de lugares de fala, apesar de ocorrer como forma de combater a exclusão, estabelece na verdade novas exclusões, que impedem a constituição de um novo corpo político. Ao negarem a ideia – expressa por meio do fogo nas ruas – de que o lugar implodiu, os lugares de fala não permitiriam que as diversas lutas entrassem em constelação, bloqueando assim a emergência de um novo sujeito político⁵⁶.

Em entrevista publicada em junho de 2016, Safatle observa a fragmentação das mobilizações brasileiras, indicando porque elas não conseguem entrar em constelação e apontando o que se segue dessa sua incapacidade, o que evidencia a importância do conceito de constelação em seu pensamento político.

(...) há pautas específicas que só conseguem gerar mobilização durante um tempo, só que elas não conseguem construir uma constelação, e, com isso, o que acontece? Estamos nessa situação surreal em que há mobilizações fortes, como as ocupações estudantis, as ocupações dos artistas no Ministério da Cultura, a luta das feministas e toda uma série de discussões, mas que não constituem uma constelação. A constelação pressupõe o quê? Que quem entra na constelação pode ocupar qualquer espaço, circula em qualquer espaço, isto é, quebra a ideia de lugares e de fala específicos, o que é uma oposição sacrossanta para uma certa ideia de mobilização hoje. Estabelecem-se lugares de fala, mas não se percebe o quanto isso é autoritário e antipolítico. O que há de próprio da política é

que ela desconstitui todos os lugares e produz uma espécie de sujeito genérico que pode ocupar todos os lugares porque é capaz de perceber as ressonâncias de todas as demandas. (...) Enquanto não houver capacidade de reorganizar demandas dentro de um sistema de constelação que permita a encarnação de todas essas demandas em um ponto, não haverá mais esquerda com força de mobilização (Safatle, 2016a).

Em seu *Manifesto*, depois de apontar a necessidade de se construir atualmente um corpo político como constelação, Safatle recorre ao exemplo das lutas do século XIX para explicar melhor o que está dizendo. Naquele momento, como efeitos de crises econômicas que abalaram profundamente diversos lugares da Europa, muitas revoltas queimaram as ruas em sequência, tal como vemos ocorrer desde 2008. Contudo, diferentemente de agora, as revoltas de então fizeram emergir um novo sujeito político, o que ocorreu apenas quando os mineiros, os tecelões e os operários revoltosos deixaram de se ver como grupos isolados e se perceberam “como um nome genérico”, isto é, como “proletários”. De acordo com Safatle (2016b, p. 16-17), a revolta só deixa de ser “apenas revolta” quando as pessoas nela envolvidas têm consciência de sua radical ausência de lugar e se

⁵⁶ Abaixo, em nossa conclusão, a questão do lugar de fala será brevemente retomada a partir de outra perspectiva.

reconhecem como um sujeito genérico, abrindo assim caminho para a imaginação política que é fundamental para a emergência de um sujeito político novo.

Mas por que nossa imaginação política encontra-se hoje bloqueada, impedindo que nossas lutas possam se comunicar e efetivamente produzir as mudanças desejadas? A resposta safatleana a essa questão passa pela ideia de que “a forma de nossa crítica usa a gramática de quem nos sujeita”, ou seja, “falamos a linguagem da ordem contra a qual nos batemos” (Safatle, 2016b, p. 19-20), e essa é a maior vitória do neoliberalismo. Para Safatle, nós nos colocamos na cena política para defender o que é nosso, como indivíduos proprietários que também querem a sua fatia do bolo, que querem garantir sua visibilidade, que querem seu lugar ao Sol dentro da lógica atual do poder, e isso nos impede de ir além e forjar um corpo político que escapa à colonização das formas de vida que nos é imposta.

Safatle identifica aquilo que nos falta para liberarmos nossa imaginação política, possibilitando assim a emergência de um novo sujeito político. Não carecemos de mais sentimento ou de mais indignação (pelo contrário, estamos inseridos em um contexto capitalista que

comercializa nossa alegria e nossa tristeza, nosso amor e nosso ódio). Falta-nos rigor, um trabalho rigoroso sobre nós mesmos, a fim de darmos consistência à criação de um novo corpo e de um mundo novo que desejamos.

O que nos falta é rigor. Sim, rigor: a mais estranha de todas as paixões, esta que queima e constrói. Nenhuma verdadeira construção se ergueu sem essa impressionante crueldade de artista que se volta contra si mesmo até produzir dos seus próprios desejos a plasticidade do que faz nascer de si toda forma. Só a verdadeira disciplina, esta que não é repressão ou submissão à vontade de um outro, mas que é trabalho sobre si, que é produção de uma revolução na sensibilidade, salva. Uma disciplina de artista. É ela que falta à nossa política (Safatle, 2016b, p. 29).

3. POR UM PROJETO COMUM

No evento *Diálogos com Antonio Negri*, ocorrido em outubro de 2016 na Universidade de São Paulo, Vladimir Safatle iniciou da seguinte maneira sua participação:

Inicialmente, eu queria agradecer por esse convite e dizer que aceitei o convite um pouco com certo espírito de porco. Então, eu precisaria fazer um tipo de desculpas já de antemão. Porque, a princípio, a minha posição aqui é um pouco surreal, quer dizer, alguém cuja maior influência filosófica é Hegel, cujo primeiro livro chama *Paixão do negativo*, em uma mesa sobre Negri, pode parecer um tanto quanto deslocado. E, de fato, o que eu gostaria de aproveitar... É colocar algumas questões, algumas questões que a leitura de uma obra tão pujante e tão atual como a obra do Negri acaba por produzir em alguém que, mesmo tendo uma admiração e um interesse profundo pelos autores que fazem parte, digamos, da constelação do Negri, como Deleuze e Guattari... Mas que tem uma relação um pouco conflituosa com Espinosa... Que tipo de questão, eu diria, o seu trabalho produz. Na verdade, talvez isso possa ser uma oportunidade para um tipo de debate de tradições um pouco distintas,

mas que se confrontam com problemas muito semelhantes e que podem ter à sua maneira... Eu diria mesmo, uma medida de tradutibilidade, que falta tanto, eu diria, ao nosso debate acadêmico, ainda mais no campo da filosofia, onde ele tende a uma impressionante fragmentação e uma impressionante consolidação de idioletos.⁵⁷

Passado nosso abalo com o tom inicial da fala de Safatle no evento e refletindo sobre as significativas discordâncias relativas às leituras dos autores acerca das lutas sociais em curso, a tarefa que nos impusemos ao realizar este texto talvez seja justamente aquela enunciada brevemente pelo autor, a saber, criar a “surreal” oportunidade de debate de tradições filosóficas um pouco distintas, mas que se confrontam e buscam explicações e soluções para problemas muito semelhantes, ou mesmo idênticos. Dizemos idênticos, pois *Declaração e Manifesto* procuram descrever e narrar os significados dos acontecimentos ocorridos com os ciclos de lutas e a atuação dos sujeitos políticos em curso no início do século XXI, cada um à sua maneira, na tentativa de superação das formas de exploração do capitalismo neoliberal.

Um dos problemas dados no mundo contemporâneo e que parece convergir na análise dos autores, diz respeito ao papel da representação

política, que emergiu como uma das diversas pautas colocadas nas ruas durante os ciclos de lutas sociais analisados.

Ao analisarem o que chamam de figuras subjetivas da crise, conforme apontamos acima, Hardt e Negri procuram caracterizar uma delas que denominam como *o representado*, que seria o sujeito influenciado por uma longa tradição dos partidos políticos, de direita e de esquerda, que estabeleceu ao longo do século XX que só haveria política por meio da representação política. Contra esta ideia, os autores apontam que “devemos reconhecer que a representação não é, de fato, um veículo da democracia, mas sim um obstáculo para sua realização” (Hardt & Negri, 2014, p. 40).

Separando a população do poder e das tomadas de decisões do Estado, a representação está permeada das influências do poder das finanças e da riqueza para sustentar campanhas políticas, da mídia e seu “superdeterminismo simbólico” que cria obstáculos para toda forma emergente de participação democrática, e cuja ideia de segurança é sustentada por uma propagação de um estado de medo

⁵⁷ A participação de Safatle nos *Diálogos com Negri* está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=55a3GpzuVXs>. Acesso: 17 de janeiro de 2020.

permanente, de insegurança (Hardt & Negri, 2014, p. 41).

Nas palavras de Safatle, a representação

(...) nos fez acreditar que só haveria *sujeitos políticos* onde houvesse representação, que só seria possível existir se representássemos algo, um grupo, um setor, uma classe, um gênero, uma pauta. Ela nos contou o conto de fadas dos conflitos sociais que devem ser dramatizados como se estivéssemos em uma peça ruim, na qual os atores desempenharão sempre os mesmos papéis. *Fora da representação só haveria caos* (Safatle, 2016b, p. 25-26, grifo nosso).

Safatle é direto ao fazer sua crítica à representação, pois ela nos fez acreditar que só haveria sujeito político onde houvesse a representação, para que assim pudessem fazer falar os direitos, ou melhor, a existência de um grupo, um gênero, uma classe e uma pauta, como que em um conto de fadas, onde na representação os diversos conflitos sociais existentes poderiam ser expressados, debatidos e “dramatizados”, e que fora dela só haveria o caos. Esta é outra maneira de enfatizar o obstáculo que a representação configura para a realização da democracia, uma vez que pautas, grupos, gêneros e setores que utilizassem outros meios para demonstrar suas ideias e interesses na vida em sociedade não configurariam sujeitos políticos, mas

apenas fomentadores do caos. Esta foi a principal caracterização que os ciclos de lutas do século XXI, especialmente no Brasil de 2013, receberam dos representantes dos tradicionais partidos políticos, de direita e de esquerda, configuração essa que parece perdurar até hoje, principalmente pelos partidos de esquerda.

Segundo Safatle (2016b, p. 24), “é necessário perceber-se atravessado por uma pulsão para agir politicamente.”. A pulsão, impulso que causa ações sem que possa ser controlado pelos indivíduos, que tira o sujeito de sua jurisdição ressoando histórias e desejos, que destitui a condição de próprio, seria o processo que permitiria a deposição da representação⁵⁸,

(...) abrindo espaço para experiências políticas que trazem para todos os seus circuitos o processo de decisão. Para tanto, tais espaços se imunizam contra o que procura impedir a realização de tal imanência, como a colonização da política pela força dos agentes econômicos, das instituições de toda ordem, das associações que vivem de monopolizar representações (Safatle, 2016b, p. 26).

A pulsão seria então, para o autor, processo de ação e um elemento conceitual, que possibilitaria uma ação de abertura para novas experiências políticas para além da representação,

⁵⁸ De acordo com Safatle (2016b, p. 25), “Contra esta pulsação contínua constituinte e destituente a política moderna inventou a representação”.

uma forma de ação política dos sujeitos, ao mesmo tempo em que se imuniza contra as ações daqueles que tentam representá-los, como instituições e associações.

De modo menos filosófico e mais prático, Hardt e Negri (2014, p. 96) afirmam que “O poder de decisão criado pelos movimentos deve residir com aqueles que estão agindo juntos politicamente, não pode ser transferido além daquele terreno comum”. Valendo-se das experiências práticas dos ciclos de lutas⁵⁹, de suas assembleias e conselhos participativos, os autores sugerem que o poder de decisão deve residir naqueles que estão agindo juntos e não transferido para qualquer instância representativa que irá dar forma aos anseios daqueles que lutam. E acrescentam:

Toda revolução precisa de um poder constituinte; não para levar a revolução a um fim, mas para levá-la adiante, garantir suas realizações, e mantê-la aberta a outras inovações. Um poder constituinte é necessário para organizar a produção social e a vida social de acordo com os nossos princípios de liberdade, igualdade e solidariedade (Hardt & Negri, 2014, p. 66).

O poder constituinte seria, então, a maneira de levar adiante os anseios revolucionários da multidão, como

forma de garantia de suas realizações, mantendo abertas suas possibilidades de inovações ou, retomando as palavras de Safatle, abrindo espaço para experiências políticas que trazem para todos os seus circuitos o processo de decisão. Seja pela pulsão ou pela experiência na construção de um poder constituinte, os autores corroboram a ideia de que é necessária a criação de novas formas de ação política que impeçam que essa ação seja retirada das mãos dos sujeitos que agem diretamente na sua produção, que não seja usurpada por um conto de fadas ou mesmo por um obstáculo para a realização da democracia.

Como desenvolvimento natural da dissolução da representação, segundo os autores aqui analisados, é muito importante que as lutas não possuam apenas aspectos locais, ou mesmo se restrinjam a demandas que se resumam às suas peculiaridades. Segundo Safatle,

Isso nos explica a necessidade de nunca se contentar ou aceitar uma emergência local. *Nossa luta não é local, ela é genérica.* A força de colonização das formas de vida pelas dinâmicas de valorização do capital não é local, ela é genérica e o corpo que precisamos criar não é apenas o corpo político produzido no contato concreto nas ruas. *Precisamos de um corpo espectral, sem solo.* O local é onde as condições de explosão são dadas, mas não é onde as

⁵⁹ “Quando os *indignados* espanhóis, que tinham ocupado as praças na primavera de 2011, recusaram-se a participar das eleições nacionais, no outono de 2011, foram criticados. Seus detratores os acusaram de anarquistas impotentes e consideraram ideológica e histórica sua recusa de se envolver com as instituições estatais e a política eleitoral. Foram desligados da esquerda!” (Hardt & Negri, 2014, p. 67).

ressonâncias constroem e se constroem (Safatle, 2016b, p. 27, grifos nossos).

O autor chama a atenção sobre o fato de que as lutas atuais não devem se contentar com as emergências locais, uma vez que as causas da exploração são as mesmas nos diferentes contextos: capital financeiro, Estado, regimes opressivos, em suma, o modo de produção capitalista na sua fase neoliberal. Portanto, esta luta é genérica e não deve se restringir às ruas, mas como que criar o que chama de *corpo espectral, sem solo*, ou seja, um corpo político que como um espectro permeie as diferentes lutas que possuem um inimigo comum, que não seja enraizado em um único espaço geográfico, mas que seja capaz de se locomover e encontrar ressonâncias nas diferentes partes do globo.

De modo semelhante, Hardt e Negri apontam que, de certa maneira, este *corpo espectral, sem solo*, já está presente e se faz circular no ciclo de lutas sociais iniciado em 2011. Para eles,

O ponto principal, entretanto, é que suas práticas, suas estratégias e seus objetivos, embora diferentes, são capazes de se conectar e se combinar uns com os outros, formando um projeto plural compartilhado. A singularidade de cada luta promove, em vez de impedir, a criação de um terreno comum (Hardt & Negri, 2014, p. 92-93).

O ciclo de lutas analisado pela *Declaração* observa que existe um projeto plural compartilhado por aqueles que se manifestam, promovendo a criação de um terreno comum, ou mesmo genérico, que é capaz de circular pelas diferentes partes do globo, haja vista as manifestações ou ocupações de apoio que ocorrem devido a uma pauta específica. Há, portanto, uma mesma atenção entre *Declaração e Manifesto*: fazer com que as lutas não se especifiquem, e mais, que se generalizem.

Para tanto, Hardt e Negri sustentam a necessidade de figuração do que chamam de *homem do comum*.

(...) o homem do comum é uma pessoa comum que realiza uma tarefa extraordinária: abrir a propriedade privada ao acesso e desfrute de todos; transformar a propriedade pública, controlada pela autoridade estatal, em comum; e, em cada caso, descobrir mecanismos para administrar, desenvolver e sustentar a riqueza comum mediante a participação democrática. A tarefa do homem do comum, então, não é só prover acesso aos campos e rios, para que os pobres possam se alimentar, mas também criar meios para a livre troca de ideias, imagens, códigos, músicas e informações (Hardt & Negri, 2014, p. 140).

O homem do comum seria um sujeito, digamos, de uma nova subjetividade que abole as formas de opressão que o modo de produção capitalista impõe sobre as pessoas – por meio da propriedade privada e do Estado

–, desenvolvendo e sustentando propriedades e riquezas de maneira comum mediante a participação democrática, criando meios para a livre troca de ideias, imagens e informações.

Já na análise safatleana, essa nova “subjetividade” ganha predicados mais específicos quando abordada. Ele diz:

É verdade que, quando a revolta insurge, há uma tendência a abandonarmos a condição de cidadão do Estado para sermos membros da comunidade, do coletivo, habitantes do lugar próprio ao território. Aqueles que pregam o advento da comunidade, da territorialidade, precisam ter ouvidos para ouvir a limitação que tais conceitos implicam. Não queremos mais ser reconhecidos apenas em contextos específicos, como portadores de propriedades específicas. Há algo em nós que desconhece especificidades e transcende contextos, pois somos gêneros sem espécies, como dizia o jovem Marx (Safatle, 2016b, p. 28).

Safatle apresenta preocupações específicas ao chamar atenção para o fato de que, ao recusarmos nossa identificação em relação ao Estado, tendemos a buscar uma nova identificação, com uma comunidade, um coletivo ou território. Na sua leitura, esta identificação conceitual impõe limitações que impedem e restringem a configuração de uma nova “subjetividade”⁶⁰, pois o importante é

não ser reconhecido apenas em contextos específicos com propriedades específicas, já que há algo comum em nós, um homem comum, que desconhece especificidades, pois somos “gêneros sem espécies”.

Um último aspecto que gostaríamos de ressaltar em relação à aproximação dos pensamentos hardt-negriano e safatleano, e que parece ser ainda um grande problema para o desenvolvimento das lutas sociais contemporâneas, diz respeito à comunicação e a forma como os movimentos expressam sua indignação. De acordo com Safatle,

(...) não é de se estranhar que a prática política acabe por se reduzir atualmente, em larga medida, ao bloqueio dos espaços físicos, ao fechamento da circulação, à paralisação. Estas manifestações brutas da indignação de quem se sente lesado e esquecido e calcula a partir do dano necessário a fazer para ser visto. Mas a política não é apenas exposição da indignação, embora isso também lhe seja próprio. Ela é, no seu sentido mais profundo, conquista da opinião pública, produção de aglutinações através da emergência de um sujeito dotado de imaginação política capaz de implicar qualquer um (Safatle, 2016b, p. 21-22, grifos nossos).

A leitura do autor é um tanto limitada no momento em que restringe a análise das manifestações enquanto bloqueios físicos e seu modo bruto

⁶⁰ Em uma passagem anterior, Vladimir Safatle aponta o problema de fazermos das demandas políticas demandas de autorrealização individual e coletiva e que acabam por fortalecer a ordem. E afirma: “Ao reduzirmos nossas demandas à pressão por reparação, fortalecemos aqueles que têm a institucionalidade que pode nos amparar. (...) a gramática da revolta é a mesma do poder. O que há de diferente é apenas a demanda para que tal gramática se amplie e seja válida ‘para mim também’. Como se, no fundo, todos quisessem ser proprietários do que é ‘a sua parte’”(Safatle, 2016b, p. 20-21).

apenas para serem vistos ao expressarem sua indignação, não levando em conta o fato concreto de que tais ações são altamente políticas, ao se apropriarem fisicamente do espaço público e comum, que lhe é cotidianamente retirado, seja pela rotina incessante de exploração do trabalho, seja pela falta de recursos financeiros para acessarem tais espaços. Além disso, tais manifestações impedem a circulação “natural” de reprodução do capital. Do mesmo modo, a maneira dita bruta com que se expressam contra bancos, detentores da riqueza da sociedade, e contra objetos que representam o Estado; a maneira com que legitimam sua liberdade e seus direitos sociais, expressam a negação a este emaranhado de instituições que figuram as formas de exploração do capitalismo neoliberal.

Dito isso, gostaríamos de ressaltar a observação safatleana ao fato de que a política não se limita a essas ações políticas legítimas, mas que em última instância, a política é a conquista da opinião pública. Isso significa dizer

que, embora estas ações de bloqueios e de quebra-quebras tenham seu significado político e sejam compreendidas e apoiadas pela opinião pública⁶¹, a comunicação da expressão da indignação política deve ganhar força e ir além como forma de comunicar suas demandas a um maior número de pessoas possível, por isso este sujeito político deve ser dotado de imaginação, uma imaginação capaz de instaurar um poder constituinte, para dar conta do desenrolar dessas lutas, implicando genericamente a qualquer um.

Se anteriormente Hardt e Negri analisavam que na era da comunicação um dos problemas mais urgentes era a quase incomunicabilidade das lutas⁶², o mesmo não ocorre ao observarem o ciclo de lutas contemporâneo, pois, agora identificado o inimigo comum, a saber, o Império, os movimentos se comunicam, compartilhando métodos, práticas, pautas e se solidarizando com lutas do outro lado do globo. Os autores afirmam ainda que

O conhecimento cada vez mais constitui o cerne das relações sociais, em termos tanto de controle

⁶¹ Como bem demonstraram as manifestações do Brasil em 2013 quando, no 3º Ato contra o Aumento da Tarifa ocorrido no dia 13 de junho em São Paulo, o Programa Brasil Urgente, comandado por Datena, fez uma pesquisa de opinião ao vivo sobre se o povo era ou não a favor dos quebra-quebras nos atos. Estarrecido com o apoio dos telespectadores às manifestações brutas, o apresentador refez a pesquisa, e novamente a opinião estava de acordo com aqueles que estavam nas ruas. Este vídeo com o título *Datena surpreendido com pesquisa! Passe Livre 13/06/2013*, pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>. Acesso: 25 de janeiro de 2020.

⁶² Referimo-nos aqui à análise hardt-negriana que se encontra no livro *Império* (2001, p. 73).

capitalista, como de resistência referente ao trabalho vivo. Portanto, não é coincidência que, no atual ciclo de lutas, grande parcela de ativistas sejam estudantes, trabalhadores intelectuais e aqueles que trabalham em empregos de serviços urbanos – o que alguns denominam precariado cognitivo. Eles fazem a mediação, na própria pele, de atividade de comunicação, trabalho intelectual e dos esforços requeridos para estudar. (...) A proliferação de lutas e seu caráter performativo se baseiam na nova natureza da força de trabalho. À medida que a centralidade do trabalho cognitivo se torna hegemônica, ele permeia e é cristalizado nessas formas de luta. Logo, na transição desses movimentos, do protesto ao processo constituinte, *a demanda pela publicidade e transparência do poder* se torna fundamental (Hardt & Negri, 2014, p. 87, grifo nosso).

Uma vez que o conhecimento tem centralidade na atual forma de controle capitalista e da resistência, os autores de *Declaração* apontam que os estudantes, trabalhadores intelectuais e trabalhadores de serviços urbanos constituem os agentes das lutas contemporâneas e, nesse sentido, o trabalho cognitivo é hegemônico, tornando-se fundamentais na transição do protesto para o processo constituinte *a publicidade e a transparência do poder*. Ao que parece, esta é uma outra forma de apontar a necessidade da comunicação e conquista da opinião pública, como forma de implicar a qualquer um, e isto se torna fundamental durante o processo de instauração do poder constituinte.

A comunicação, publicidade, transparência e conquista da opinião pública, parecem ser tarefas e elementos

importantes para informação, comunicação e diálogo das diferentes lutas sociais que têm sido travadas ao longo do século XXI. Porém, mesmo que o homem do comum, a constituição do poder constituinte e a formação de um corpo espectral sem solo ainda não tenham ocorrido, isso não significa que os confrontos tenham cessado e que a batalha esteja perdida. Pelo contrário, elas ainda continuam pungentes ao redor do mundo e vão continuar. A afirmação pela continuidade dos ciclos de lutas é compartilhada pelos autores aqui trabalhados. Assim, Safatle argumenta logo nas primeiras linhas do *Manifesto*:

(...) elas [i.e., as ruas] ainda queimarão em muitos outros e imprevistos lugares, recolocando o que é separado pelo espaço em uma série convergente no tempo. Na verdade, por mais que alguns procurem se convencer do contrário, por mais que agora o fogo pareça ter momentaneamente se retraído, as ruas desde então não pararam de queimar, elas só deslocaram sua intensidade (Safatle, 2016b, p. 4-5).

Já no último capítulo da *Declaração*, lemos que,

Mesmo quando tomados pelo desespero, devemos nos lembrar de que, ao longo da história, acontecimentos inesperados e imprevisíveis emergem e voltam a embaralhar completamente as cartas dos poderes políticos e das possibilidades. Você não precisa ser um milenarista para acreditar que esses acontecimentos políticos voltarão. Não é só uma questão de números. Num dia, há milhões de pessoas nas ruas e nada muda, e, no outro, a ação de um pequeno grupo pode subverter completamente a ordem dominante (Hardt & Negri, 2014, p. 136).

E nossos autores aqui analisados não estavam errados. E nem tinha como estarem. Tomando como exemplo os acontecimentos do ano de 2019, podemos observar uma série de lutas que queimaram as ruas e colocaram em movimento uma série de acontecimentos políticos.

No Curdistão, a resistência continua com a Federação Democrática do Norte e Leste da Síria, que propõe sua peculiar experiência de transição ao socialismo contra o Estado Turco⁶³. No Líbano, o povo foi às ruas contra as medidas antipopulares do governo. No Iraque, ocorreram as mobilizações massivas contra o governo, contra o desemprego, a escassez de serviços básicos e a precarização das condições de vida. A América Latina não ficou atrás e intensas mobilizações tomaram as ruas de diversos países do continente⁶⁴.

É bem verdade que, no caso da Bolívia, pudemos observar um acirramento das tensões políticas após a reeleição do presidente Evo Morales, que foi atingido por um golpe de Estado

promovido por setores reacionários que contestaram os resultados das eleições e que colocaram milhares de pessoas nas ruas, fazendo com que seu presidente deixasse o país, além de promoverem ondas de violência contra as populações indígenas que possuem certa identificação com o então presidente golpeado. Isso levou a uma reação das cidades de origem indígena mais afastadas dos grandes centros urbanos, para fazer valer o que fora realizado nas urnas. O país viveu um período de tensão e uma guerra civil esteve em vias de estourar. No atual momento, porém, parece que o fogo está momentaneamente retraído.

Na Argentina, observamos a volta do peronismo em 2019 com a eleição de Alberto Fernandez, após quatro anos do governo ultraliberal de Macri. No entanto, as mobilizações que mais fizeram o fogo queimar por direitos foram as manifestações do Equador e do Chile. No Equador, o povo foi às ruas quando o governo de Lenín Moreno tentou implementar uma reforma

⁶³ Para Hardt e Negri, “os experimentos contemporâneos em Rojava, no Curdistão sírio, fornecem-nos alguns indícios do que uma autonomia democrática descolonizada poderia vir a ser” (Hardt & Negri, 2018, p. 56).

⁶⁴ As informações deste e dos próximos três parágrafos foram retiradas do livreto *Análise de conjuntura: a América e o Mundo se movem*. Federación Anarquista Uruguaya (FAU), Federação Anarquista de Rosário (FAR), Organización Anarquista de Córdoba (OAC), Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) e Grupo Libertário Vía Libre - Colômbia. Novembro de 2019. Disponível em: <https://anarquismosp.files.wordpress.com/2019/12/conjuntura-amlat.pdf>. Acesso: 20 de janeiro de 2020.

estrutural de crédito com o FMI e um drástico aumento do combustível de até 120%. Diante do crescente aumento das manifestações na capital Quito, o governo fugiu, e após 11 dias de protestos massivos e um saldo trágico de 11 mortes, 1300 pessoas feridas e 1100 pessoas presas, o governo sentou para negociar com a direção de algumas organizações, suspendendo o decreto que eliminava o subsídio dos combustíveis, porém, mantendo vigentes aspectos do pacote de medidas neoliberais.

Já no Chile, os protestos se iniciaram com o movimento dos estudantes secundaristas contra o aumento das tarifas de energia e transporte público da capital Santiago. Após serem violentamente reprimidos, o governo de Sebastián Piñera atacou a legitimidade dos protestos e passou a aplicar a Lei de Segurança do Estado. Logo os protestos tiveram apoio das organizações sindicais e estudantis, organizando grandes greves, ocupando praças e fechando avenidas, o que gerou a maior manifestação na história recente do país com mais de 1 milhão de pessoas no dia 25 de outubro. O Estado respondeu com violenta repressão, com maus-tratos, tortura, assédio e abuso sexual. Ao mesmo tempo, o governo se

viu obrigado a revogar o aumento das passagens e decretou um mínimo de reformas sociais. Por outro lado, os partidos de esquerda tradicionalmente constituídos passaram a bater na pauta de uma reforma constituinte, para superar aquela realizada nos tempos da ditadura de Pinochet.

Outras manifestações poderiam ainda ser apresentadas, como as que insurgiram na Colômbia, os protestos em Hong Kong, os atos dos coletes amarelos na França e a crescente mobilização global pelo clima, que teve suas pautas reforçadas pelos aumentos das queimadas e desmatamentos de regiões da Floresta Amazônica impulsionados pelos acordos do governo brasileiro com o agronegócio.

4. CONCLUSÃO

Os três autores aqui trabalhados compreendem que uma democracia efetiva só se realizará quando houver um sujeito político capaz de entendê-la e aplicá-la. Há aqui uma convergência entre o pensamento de Hardt e Negri e o de Safatle, a divergência estando na compreensão da existência ou não desse sujeito. Tanto a *Declaração* quanto o *Manifesto* são textos de intervenção, que descrevem um cenário político que nos é familiar e que buscam contribuir para a

constituição de um mundo diferente, horizontal, realmente democrático.

Como vimos, as concepções de multidão e constelação servem para os autores descreverem os sujeitos que eles observam nas atuais lutas sociais. Trata-se de uma gramática diferente, cada uma com suas peculiaridades, para narrar os acontecimentos vividos e observados nas ruas que queimam no início deste século XXI. Se, para Hardt e Negri, as singularidades que compõem a multidão são capazes de agir em comum por reconhecerem o que compartilham em comum, e isso sem que suas diferenças precisem ser abstraídas ou deixadas de lado, o mesmo não se dá para Safatle, para o qual é necessário um empuxo de indiferenciação dos lugares específicos para que as lutas entrem em constelação, constituindo assim um novo sujeito político.

Observamos acima a crítica de Safatle à constituição dos lugares de fala, que seriam excludentes e mesmo autoritários e antipolíticos. Como contraponto a essa visão, é oportuno nos lembrarmos aqui das considerações de Djamila Ribeiro sobre o conceito de lugar de fala e sobre a importância de refletirmos sobre ele. Nas palavras da autora,

Um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis. Se existem poucas travestis negras em espaços de privilégio, é legítimo que exista uma luta para que elas, de fato, possam ter escolhas numa sociedade que as confina num determinado lugar, logo é justa a luta por representação, apesar dos seus limites. Porém, falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem. Em outras palavras, é preciso, cada vez mais, que homens brancos cis estudem branquitude, cisgeneridade, masculinos. (...) Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta. Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível “voz de ninguém”, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade (Ribeiro, 2017, p. 49-50).

A partir dessa perspectiva, a questão não seria tomar consciência de uma ausência de lugar a fim de liberar o caminho para a constituição de um novo sujeito político, e sim compreender a real desigualdade que impera atualmente entre os diversos lugares de fala. A importância e a concretude desse problema, como apontam Hardt e Negri, foram percebidas pelos movimentos sociais em suas ocupações e acampamentos dos últimos anos, pois, em suas assembleias gerais, os movimentos têm se esforçado para “abrir

a participação a todos” e têm estabelecido “regras para encorajar os tradicionalmente desfavorecidos a falar primeiro” (Hardt & Negri, 2018, p. 387).

Ao buscarmos apontar a possibilidade de um horizonte comum de ação política a partir de Hardt, Negri e Safatle, entendemos que a crítica à representação e à tentativa de dirigir os movimentos a partir de fora, bem como a ênfase na importância da comunicação das lutas globais, nos permitem conceber um projeto político comum. Não se trata aqui de defender que todos os caminhos nos levarão necessariamente ao mesmo objetivo, como se houvesse uma teleologia, um fluxo a nos guiar de maneira inevitável a um futuro já determinado. Quando as ruas queimam e quando a multidão declara direitos para a constituição de um mundo novo, ou quando nossos autores escrevem sua *Declaração* e seu *Manifesto*, estão buscando contribuir para a elaboração de uma nova sociedade, horizontal, democrática, algo que ainda está por se fazer e que está sendo construído, de uma maneira ou de outra, nas revoltas, nas lutas sociais, no aprendizado constante que trazem e na reelaboração de suas estratégias e táticas.

Para finalizarmos nossas reflexões, lembremos as palavras de Negri e de Safatle a respeito do inimigo comum que ambos identificam e que precisa ser superado a fim de constituirmos o mundo novo que desejamos, a saber, o fascismo. Eis as palavras de Negri:

(...) a virtualidade da democracia, sua presença e resistência, estão sempre presentes, poderosas. Não ter medo, nem mesmo do fascismo, significa saber que nas vicissitudes do desejo coletivo há sempre um possível Masaniello⁶⁵, uma insurreição próxima. (...) Contra a superstição, contra aquela corrupção do Estado que é o fascismo, abre-se então a potência da razão. Como? Eu acredito que é quando mulheres e homens descobrem que o desejo pode certamente transformar-se em medo e se degradar em superstição – mas, ao mesmo tempo, que o medo os reduzirá à solidão. E a solidão é inatural e insuportável, é precisamente medo e miséria. Portanto, como os homens são naturalmente sociais, eles se rebelam e buscam tornar-se multidão – eles se libertarão do medo, mesmo da morte e, em comum, recuperarão a democracia. Caso contrário, não poderiam viver nessa inconstante tristeza que é o medo, dominados por presságios e superstições, por imaginários miraculosos ou terrorísticos. Na multidão como encontro e força de liberdade e igualdade, eles renovarão seu desejo. (...) os homens sempre podem derrotar o fascismo confiando na razão e no amor (Marino & Santiago, 2019, p. 383-384).

Agora, os dizeres de Safatle contra o fascismo, especialmente aquele que se encontra entre os brasileiros:

Neste momento, o fascismo nacional acredita que terá à sua frente o espaço livre e oponentes melancólicos. Eles sempre erraram e continuarão a errar. Quis a contingência que nós fossemos a última barreira. Pois eles descobrirão que esta era a barreira mais intransponível. Eles descobrirão que esta era a barreira que nunca se abala, que

⁶⁵ Masaniello (1620-1647), pescador que liderou a revolução popular ocorrida em Nápoles entre 1647 e 1648.

ficará de pé até o fim. Ela é construída pelos desejos, pela inteligência e pela força dos que nunca deixarão suas vidas serem colonizadas pelo medo. E ao final, esta barreira será a primeira parede para a construção de outro país (Safatle, 2018, p. 18).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Mariana T.; OLIVEIRA, Laura S. L.; PINHEIRO, Hyury. (2019) “‘Anota aí: eu sou ninguém’: entrevista com Vladimir Safatle”. *Idéias*, Campinas, SP, v. 10, p. 1-38.
- DE MORAES, Wallace. (2018) *2013 – Revolta dos Governados: ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre*. Rio de Janeiro: WSM Edições.
- FONSECA, Thiago Silva Augusto da. (2015) *Hardt, Negri e a organização do desejo*. 220 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. (2001) *Império*. Tradução de Berilo Vargas. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2005) *Multidão*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2012a) *Declaration*. New York: Argo Navis Author Services.
- _____. (2012b) *Questo non è un manifesto*. Traduzione di Stefano Valenti. Milão: Giangiacomo Feltrinelli Editore.
- _____. (2014) *Declaração – Isto não é um manifesto*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: n-1 edições.
- _____. (2016) *Bem-estar comum*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2018) *Assembly: a organização multitudinária do comum*. Tradução de Jefferson Viel e Lucas Carpinelli. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- MARINO, Mario & SANTIAGO, Homero. (2019) “Antonio Negri revisita seu livro ‘A anomalia selvagem’”. *Cadernos Espinosanos*, (41), p. 379-390.
- NEGRI, Antonio. (2009) “Para uma definição ontológica da multidão”. *Lugar comum*. Estudos de mídia, cultura e democracia, n. 19-20, p. 15-26.
- RIBEIRO, Djamila. (2017) *O que é lugar de fala?*. Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte (MG): Letramento.
- SAFATLE, Vladimir. (2016a) “O Brasil na era dos esgotamentos da imaginação política. Uma nação de zumbis que têm na melancolia seu modo de vida. Entrevista especial com Vladimir Safatle”. *IHU Unisinos*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/556554-o-brasil-na-era-dos->

esgotamentos-da-imaginacao-politica-
uma-nacao-de-zumbis-que-tem-na-
melancolia-seu-modo-de-vida-
entrevista-especial-com-vladimir-
safatle. Acesso em 18 de janeiro de 2020.

_____. (2016b) *Quando as ruas
queimam: manifesto pela emergência*.
Série Pandemia. São Paulo: n-1 edições.

_____. (2018) *Um dia, esta luta iria
ocorrer*. Série Pandemia. São Paulo: n-1
edições.